

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL

LETICIA COSTA DE SOUZA

**CRAS ZILDA ARNS NEUMANN – PARANAGUÁ/PR: AVANÇOS E DESAFIOS  
DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DOS  
IDOSOS**

MATINHOS

2016

LETICIA COSTA DE SOUZA

**CRAS ZILDA ARNS NEUMANN – PARANAGUÁ/PR: AVANÇOS E DESAFIOS  
DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DOS  
IDOSOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Câmara do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Ávila Leal de Meirelles.

MATINHOS

2016

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

LETICIA COSTA DE SOUZA

### **CRAS ZILDA ARNS NEUMANN – PARANAGUÁ/PR: AVANÇOS E DESAFIOS DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DOS IDOSOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, como requisito à obtenção do título de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pela seguinte banca examinadora:

---

(ORIENTADORA)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Ávila Leal de Meirelles.

---

Prof.<sup>a</sup> Mirian Lopes.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>o</sup> Silvana Maria Escorsim.

Matinhos, 25 de novembro de 2016.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus  
grandes amores,  
minha mãe, Silvana, minha avó,  
Maria Helena e meu avô, Altamir.  
(*in memoriam*)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus e a Nossa Senhora do Rocio pela sabedoria e a fé em todos os momentos de dificuldades durante esta jornada de TCC;

Minha família, minha base, meu alicerce. Minha mãe Silvana e minha vó Maria Helena, que sempre me apoiaram acreditando na minha capacidade.

Ao meu avô, tudo pra mim. Não estando presente de corpo, mas sempre na minha alma, nas minhas orações e nos meus pensamentos. A minha saudade mais doída, o amor da minha vida, a pessoa que eu mais queria que estivesse presente.

Ao resto da minha família agradeço também. As críticas foram construtivas e me motivaram a crescer.

Ao meu namorado, Marcus Vinícius, por toda compreensão, toda a ajuda, sempre me apoiando e me acalmando nos momentos de nervosismo.

Meus amigos, que estiverem presentes estes anos todos e ouviram meus desabafos inúmeras vezes.

Minhas amigas da faculdade, Carol, Isa, Thaísa e principalmente a minha amiga que vai ficar para a vida toda, Taiane.

A todos os professores do curso, sem eles nada disso seria possível, todo aprendizado resultou neste trabalho e na jornada profissional; A câmara do curso; a Faculdade.

Minha supervisora de estágio, Denizete, sem ela o grupo dos idosos não teria sido criado; a Assistente Social Maria Cristina, que também contribuiu muito para o meu estágio. Em especial para os idosos do Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS Zilda Arns Neumann.

A minha banca, professoras que eu admiro muito Silvana e Mirian, vocês são inspiração para mim.

E por último, o agradecimento mais especial, a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Giselle Ávila Leal de Meirelles, por todas as orientações, todo o aprendizado repassado, todas as “brincas” e todos os elogios! Este TCC não existiria se não fosse você! Obrigada por tudo!

Obrigada a todos que participaram desta etapa da minha vida, seja por uma palavra amiga, por um abraço ou apenas um ombro amigo para o desabafo, minha conquista foi graças a todos vocês!

## **RESUMO**

Este estudo busca analisar os principais avanços e os principais desafios do Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos Idosos do CRAS Zilda Arns Neumann em Paranaguá-PR. Para chegar neste objetivo, fizemos uma análise sócio histórica do Serviço Social, sendo esta necessária para compreender a história da profissão e a conquista de direitos; estudamos a trajetória das condições sociais dos idosos desde sociedades antigas até os dias de hoje e as conquistas de direitos; assim como a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso e o vínculo do Serviço Social com a terceira idade. Por fim, aplicamos um questionário no grupo dos idosos do CRAS, podendo identificar o perfil dos idosos participantes do grupo, visando como os direitos sociais previstos na Política Nacional do Idoso e estudados neste TCC se efetivam no cotidiano destes sujeitos e investigar como o Estatuto do idoso se efetiva neste grupo, pois imaginamos que os idosos do grupo não tem uma compreensão aprofundada sobre seus direitos sociais previstos por leis.

Palavras-Chaves: Serviço Social; Grupo de Idosos; Direitos de Idosos;

## **ABSTRACT**

This study seeks to analyze the main advances and main challenges of the Group of Coexistence and Strengthening of Links of the Elderly of CRAS Zilda Arns Neumann in Paranaguá-PR. To reach this goal, we have made a socio-historical analysis of Social Work, which is necessary to understand the history of the profession and the conquest of rights; We study the trajectory of the social conditions of the elderly from ancient societies to the present and the conquest of rights; As well as the National Policy of the Elderly, the Statute of the Elderly and the link of Social Service with the elderly. Finally, we applied a questionnaire to the CRAS elderly group, identifying the profile of the elderly participants of the group, aiming at how the social rights foreseen in the National Policy of the Elderly and studied in this TCC become effective in the daily life of these subjects and investigate how the Statute of the Elderly people is effective in this group, since we imagine that the elderly in the group do not have an in-depth understanding of their social rights provided by law.

**Keywords:** Social Service; Group of the Elderly; Rights of the Elderly.

## **LISTA DE ABREVIATURA E/OU SIGLAS**

ANG	-	Associação Nacional de Gerontologia
BPC	-	Benefício de Prestação Continuada
CEAS	-	Centro de Estudos e Ação Social
CF	-	Constituição Federal
CNAS	-	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	-	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	-	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	-	Instituto Nacional do Seguro Social
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	-	Lei Orgânica de Assistência Social
Lula	-	Luís Inácio Lula da Silva
MDS	-	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAI	-	Programa de Assistência ao Idoso
PAIF	-	Programa de Atenção Integral à Família
PAPI	-	Projeto de Apoio à Pessoa Idosa
PBF	-	Programa Bolsa Família
PNAS	-	Política Nacional de Assistência Social
PNI	-	Política Nacional do Idoso
PNSI	-	Política Nacional de Saúde do Idoso
SUAS	-	Sistema Único de Assistência Social
TCC	-	Trabalho de Conclusão de Curso



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	12
2.1 Reconceituação Do Serviço Social No Brasil. ....	17
3 O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 20	
3.2 Política Nacional de Assistência Social.....	20
4 O CRAS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ. ....	21
4.1 O CRAS Zilda Arns Neumann. ....	22
5 IDOSOS.....	24
5.2 Crescimento do Número de Idosos no Brasil. ....	26
5.3 Política Nacional do Idoso.....	27
5.4 Estatuto do Idoso. ....	30
5.5 Serviço Social e o Idoso. ....	32
6 METODOLOGIA DE PESQUISA. ....	34
6.1 Trajetória de Pesquisa.....	35
6.2 Coleta de Dados.....	35
6.3 Análise de Dados. ....	36
6.4 Análise de Dados Pessoais ....	37
6.5 Análise Dos Dados Sobre Os Direitos Do Idoso.....	39
6.6 Análise do Serviço de Convivência do CRAS. ....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	46
REFERÊNCIAS .....	48
APÊNDICE 1 .....	51
APÊNDICE 2 .....	53



## INTRODUÇÃO

O Envelhecimento populacional é um fenômeno que vem crescendo nas últimas décadas. Na atualidade ganhamos mais 30 anos de vida e algumas conquistas relacionadas ao envelhecimento também. Os idosos passaram por muitas transições durante a história da humanidade, vistos muitas vezes como uma figura importante na sociedade e outras apenas como descartáveis, não podendo contribuir em mais nada dentro da nossa sociedade capitalista.

O Estatuto do Idoso foi uma das principais conquistas garantidas com as lutas de profissionais e idosos, completando, em outubro de 2016, 13 anos de existência no nosso país. Surgiu com o objetivo de garantir as leis e direitos para pessoas acima de 60 anos. Trouxe uma maior qualidade de vida para nossos idosos. Mas estes idosos sabem seus direitos e será que realmente eles são garantidos? Neste trabalho buscamos definir quais os principais avanços e os principais desafios do CRAS Zilda Arns Neumann em relação ao Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que atende os idosos do município de Paranaguá.

A vivência como estagiária no CRAS em 2014-2015 e a participação dentro da criação do grupo de convivência para os idosos me fez pensar e buscar respostas sobre o porquê esses idosos participam do grupo do CRAS tão ativamente. O que podemos perceber é que a vida social destes idosos era parada, faltavam pessoas para dividir seu dia-a-dia e trocar experiências. O grupo proporcionou novas amizades e proporciona experiências de vida ótimas para esses idosos. Sabemos que os usuários do CRAS são em maior parte pessoas de baixa renda e escolaridade, portanto com o aprofundamento do meu conhecimento surgiu um alerta, questionando, se estes idosos conhecem seus principais direitos garantidos no Estatuto do Idoso. Sendo assim, nasceu este trabalho, partindo da hipótese de que os idosos não tem uma compreensão aprofundada sobre seus direitos sociais, em função de que o serviço de convivência foca mais no fortalecimento de vínculos do que na discussão política sobre direitos.

Neste TCC, temos como objetivo analisar as principais atividades que asseguram os direitos sociais aos idosos que participam do grupo, e em específico, buscamos:

- 1) Identificar o Perfil dos Idosos que participam do grupo.
- 2) Aprofundar como os direitos sociais previstos na Política Nacional do Idoso se efetivam no cotidiano dos idosos que participam do grupo.

3) Investigar como a política de direitos do idoso se efetiva no grupo.

Este trabalho se justifica por trazer uma grande contribuição para minha trajetória acadêmica e uma contribuição para os idosos do grupo de fortalecimento e convivência de vínculos do CRAS Zilda Arns Neumann. O estudo foi organizado e dividido em três capítulos, onde no primeiro foram apresentados os elementos sócio históricos do Serviço Social no Brasil, sistematizando a história da profissão desde os seus fundamentos até o processo de intenção de ruptura, os ganhos e direitos conquistados, como o PNAS e o SUAS. Foi apresentado também a história do CRAS dentro do município de Paranaguá e o CRAS Zilda Arns Neumann.

No segundo capítulo trabalhamos com os idosos, retratando sua história desde as sociedades mais antigas até os dias de hoje, comentando sobre o crescimento do número de idosos no Brasil e sobre os seus direitos conquistados, primeiramente na Política Nacional do Idoso e depois sobre o Estatuto do Idoso. Fizemos também uma análise sobre o Serviço Social e o idoso, mostrando toda a luta dos Assistentes Sociais em prol da terceira idade.

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia utilizada para concluir os objetivos deste estudo e analisar as respostas obtidas através da pesquisa de campo, realizada com o auxílio de um questionário qualitativo aplicado aos idosos do grupo do CRAS Zilda Arns Neumann.

Acreditamos que este trabalho será importante para os profissionais – assistentes sociais do CRAS e os responsáveis pelo grupo dos idosos, podendo renovar atividades que complementam as condições de vida destes idosos, através da análise obtida pela hipótese deste TCC, pois nossa profissão é lutar pela garantia de direitos para todos.

## 2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.

O Serviço Social no Brasil teve sua base moldada no Brasil em 1930 segundo Iamamoto e Carvalho:

(...) Após os grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra, tendo por protagonista o proletariado, a “questão social” fica definitivamente colocada para a sociedade. Datam essa época o que se poderia considerar sendo as protoformas do Serviço Social no Brasil. No entanto, para o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão social do trabalho, se deverá percorrer um itinerário de mais de duas décadas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 140)

No final dos anos de 1930 com o início do processo de industrialização e urbanização no país, o aumento nos números da classe operária urbana e da pobreza foi crescendo cada dia mais e o Serviço Social, realizado principalmente por intermédio da Igreja Católica em um momento crítico, surgiu para defender os direitos destes trabalhadores. O objetivo principal era ações sociais de caráter filantrópico. Iamamoto e Carvalho dizem:

(...) A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 127)

As condições de trabalho dos trabalhadores industriais eram mínimas, em prédios insalubres. Longas jornadas de trabalho por pouco salário, que mesmo com a maioria dos integrantes de uma família trabalhando, o valor não dava para viver em mínimas condições dignas. As moradias eram em aglomerações rentes as indústrias, sem água, luz, esgotos, entre outros problemas. Por conta da renda ínfima, o trabalhador não era capaz de sustentar sua família, forçando as mulheres e crianças a entrar para o mercado de trabalho e com a mesma jornada de trabalho, mas contando com um salário inferior. Além disso, os trabalhadores não podiam contar com férias, alguma licença ou descanso semanal.

No Brasil, começaram a ser criadas as instituições assistenciais, como a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro e em São Paulo, a Liga das Senhoras Católicas. Lá eram planejadas grandes obras assistenciais coordenadas pela

militância feminina de famílias burguesas. Elas não pensavam apenas na classe operária e na pobreza, já estavam à frente “dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente os que se referem a menores e mulheres.” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2009, p. 166). A importância dessas instituições é inegável, a partir delas que após uma década, a Ação Social foi expandida e começaram a surgir às primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Neste período, na Europa, as lutas pelos direitos da classe operária já tinham um grande poder e as escolas de Serviço Social já estavam sendo multiplicadas. No Brasil surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), sendo um embrião da Igreja Católica, com uma formação técnica especializada, cujo objetivo central era “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” (IAMAMOTO & CARVALHO *apud* CERQUEIRA, 2009, p. 169).

Com o Serviço Social, as mulheres burguesas também começaram a trabalhar, tirando o posto que era ocupado apenas pelas mulheres do proletariado. Assim surgiram questionamentos sobre o porquê moças de famílias burguesas trabalharem em prol dos problemas da classe operária. Iamamoto e Carvalho (2009) justificam dizendo que:

(...) baseia num sentimento profundo de justiça social e de caridade cristã, que leva aquelas que dispõem de facilidades de tempos e de meios a auxiliar as classes sociais mais fracas a formar as suas elites, para que estas também possam cumprir eficientemente seu dever. Elas mostram e essa elite como deverão se organizar para defender a família e a Classe Operária contra os ambiciosos e os agitadores que exploram o seu trabalho ou a sua ignorância. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 173)

Esses centros de estudos surgem durante a Revolução de 1930, onde também ocorreu na mesma época, a posse da presidência de Getúlio Vargas. Iniciou-se um período de mudanças, com o aumento de movimentos políticos organizados e ação intervencionista do Estado. No meio dessas revoluções, os Assistentes Sociais recém-formados foram trabalhar “em prol” desses trabalhadores industriais, visando à mudança de condições, higiene, hábitos e com o intuito de melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores.

(...) Exemplos dessa articulação, na prática, podem ser vistos através das atividades das assistentes sociais subindo os morros das favelas para levar as pessoas a regularizarem suas relações de casal por uma certidão de casamento ou certidão de nascimento dos filhos e a evitar relações consideradas promíscuas ou perigosas: era a ordem moral e

social para harmonizar classes sociais e edificar a “boa família”, o “bom operário”, o “homem e a mulher sadia” (FALEIROS, 2005 p.13)

Portanto, o Assistente Social trabalhava para o Estado, com o público alvo sendo a classe operária, trazendo mudanças positivas na ótica do capitalismo monopolista, com o objetivo de dar melhores condições para os trabalhadores renderem mais nas suas jornadas de trabalho.

No país surgiram novas demandas para áreas estatais do Serviço Social e com esse crescimento foi criada a primeira iniciativa estatal do Brasil, o Departamento de Assistência Social do Estado, sob a Lei nº 2.498 de 24.12.1935, supervisionando todas as áreas do Serviço Social. Nesse período, para os Assistentes Sociais o problema não era a demanda de empregos, mas sim, que as vagas do Estado fossem ofertadas para os profissionais formados. Além disso, o campo de atuação do trabalho era totalmente limitado por conta dos órgãos públicos do Serviço Social.

Em 1938 foi criada uma Seção de Assistência Social com o objetivo de “realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupo às condições normais de vida” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2009, p. 175). Ainda neste ano, o Departamento de Assistência Social do Estado passa-se a chamar Departamento de Serviço Social. Este departamento criado no Estado de São Paulo passou a cada dia crescer mais, regulamentou o mercado de trabalho e a exploração da Força de Trabalho trazendo novas demandas de serviços e mudanças. Com esse crescimento a procura por profissionais com a formação técnica especializada aumentou dentro do Estado.

Com o aparecimento de problemas sociais como viciados, órfãos, famílias desassistidas, entre outras questões, surgiu uma necessidade maior de entendimento e justificativas para esses problemas, exigindo dos Assistentes Sociais uma qualificação adequada e metodologias especiais para atender a demanda das questões existentes. Assim surge a primeira escola de Serviço Social no Brasil, a PUC-SP em 1936, e, logo após, a segunda escola foi criada no Rio de Janeiro. Essas Escolas surgiram pela influência da Ação Social Católica e foi fundada pelo CEAS, porém o Centro de Estudos já não podia mais dizer que o Serviço Social era vinculado a Igreja Católica, pois o Estado estava ligado a essas escolas, e para poder atendê-lo, a formação dos profissionais baseava-se na: Formação Moral, Formação Doutrinária, Formação Técnica e Formação Científica.

De acordo com a necessidade de cada época, as Escolas passaram por ajustes, e um deles foi a parceria entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social, com o objetivo de organizar Centros Familiares, incluindo um Curso Intensivo de Formação Social na grade de estudos da escola.

O Rio de Janeiro se destacou no crescimento da cidade como capital e lá foi onde ocorreu a Primeira Semana de Ação Social em 1936, que foi um marco para a introdução do Serviço Social nas ações do Estado. Ainda em 1936 aconteceu um curso “intensivo” de Serviço Social com a duração de três meses, junto com um curso “prático” e em 1938 iniciou-se o curso regular da Escola Técnica de Serviço Social.

Em 1940 novas escolas abriram pelas capitais do Brasil, além de bolsas de estudos, que proporcionaram o estudo para uma maior população, não apenas sendo destinados à classe dominante. Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), desde o começo do curso foram impostos alguns critérios para a formação profissional do assistente social, sendo eles: ter de 18 a 40 anos, apresentar três pessoas idôneas, fazer exame médico e apresentar o certificado de conclusão do curso secundário. Além disso, eles complementam que:

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral (...), uma grande capacidade de devotamento e o sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos; pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria (...). Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas (...): devotamento, critério, sendo prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 221)

Com o aumento dos Assistentes Sociais, cresceu também a luta para os profissionais ocuparem os cargos direcionados para suas áreas, reconhecendo a profissão. O resultado foi lento, porém dia após dia era obtido resultados. Segundo Francisco de Paula Ferreira:

(...) Particulares e governo vão aos poucos reconhecendo o valor de técnicos especializados para o trabalho social. Poucas obras é verdade, mas de tipo diverso, já têm a seu serviço a competência de uma Assistente Social.“ (IAMAMOTO & CARVALHO *apud* FERREIRA, 2009, p. 189)

Segundo relatos, as primeiras atividades realizadas pelos Assistentes Sociais eram exclusivamente assistenciais, como os Centros Familiares e lares para a atuação com crianças abandonadas, delinquentes, entre outras. Logo começou a expandir e surgiram os primeiros relatos relacionados a assistentes sociais nas empresas.



A Legião Brasileira de Assistência (LBA) surgiu em 1942 sendo a primeira e a maior instituição nacional de Assistência Social, tendo o objetivo de suprir as necessidades e ajudar as famílias dos soldados que haviam sido chamados para a segunda guerra mundial.

(...) O surgimento da LBA terá, de imediato, um amplo papel de mobilização da opinião pública para o apoio ao “esforço de guerra” promovido pelo governo, e, conseqüentemente ao próprio governo ditatorial. Nesse sentido serão lançadas diversas campanhas de âmbito nacional (...). A Assistência às famílias dos convocados terá também um amplo caráter promocional. Apenas no Distrito Federal, a LBA montará mais de cem postos de atendimentos e postos de diversos trabalhos voluntários. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 251)

A LBA passa a atuar em quase em todas as áreas da Assistência Social, tornando-se de suma importância para a organização e o desenvolvimento do Serviço Social. Porém, CARVALHO & IAMAMOTO complementam que:

(...) A implantação da LBA parece ter propiciado, principalmente, a expansão e o aumento quantitativo do volume de assistência e do uso do Serviço Social para o organização e distribuição dessa assistência da forma mais rentável política e materialmente, não implicando, de imediato, mudança de sua qualidade. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2009, p. 253)

Em 1950 iniciou-se um processo de transformações em relação à profissão de Assistente Social, uma nova organização e necessidade de mudanças na prática e teoria. Ainda na década de 1950, o Serviço Social foi reconhecido como profissão<sup>1</sup>.

As novas características que assumem os programas assistenciais destinados às populações de maior risco (...). Se constituirão numa abertura significativa para o Serviço Social. Permitirá expandir seu campo de atuação e abrir uma nova perspectiva para a afirmação de seu status profissional. (...) O Serviço Social, enquanto teorização e prática experimentará um grande desenvolvimento. Torna-se possível (...) a experimentação prática de novas teorias, métodos e técnicas (...). Munidos desse novo instrumental, os Assistentes Sociais procurarão afirmar o status teórico de sua profissão e apagar não só o estigma do agente benévolo e autoritário, mas também a figura do agente intermediário (e subalterno) entre o paciente e o agente técnico principal, a partir da qual, originalmente, era reclamada a institucionalização da profissão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009; p. 323)

Os congressos promovidos ao longo da jornada da profissão foram de extrema importância para o seu desenvolvimento, grandes debates e lutas pelo reconhecimento da profissão marcaram a história e os temas debatidos só mostravam a necessidade de,

---

<sup>1</sup> Lei Nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

segundo CARVALHO & IAMAMOTO “ampliar a área de atuação do Serviço Social”. (2009, p. 337). O grande passo modernizador do Serviço Social surgiu no evento realizado em Araxá-MG, buscando novas ideias e conceitos para a profissão. A partir daí, é iniciado o processo de Reconceituação do Serviço Social no Brasil.

## **2.1 Reconceituação Do Serviço Social No Brasil.**

O movimento de reconceituação do Serviço Social iniciado na metade dos anos de 1960, durante a Ditadura Militar, foi movido pela mobilização social que ocorria em toda a América Latina e durou mais de uma década. Foi um marco que definiu as mudanças críticas e a ruptura do modelo tradicional da profissão. Segundo Iamamoto (2009) foi, na “sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano” (IAMAMOTO, 2009, p. 205).

Como parte do movimento de reconceituação, Netto (2005, p. 139) aponta três perspectivas que incorporaram este movimento, sendo eles: “perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura” (NETTO, 2005, p.247). A primeira perspectiva, modernizadora, é encontrada em dois seminários, sendo eles: “I Seminário de Teorização do Serviço Social” em 1967 realizado na cidade de Araxá, resultou no Documento de Araxá, onde 38 assistentes sociais se reuniram em um congresso, discutiram e escreveram sobre as primeiras iniciativas de teorização do Serviço Social. E em 1970 na cidade de Teresópolis, “II Seminário de Teorização do Serviço Social”, onde foi discutido sobre as mudanças na prática e teoria da profissão, com uma metodologia voltada para a realidade brasileira, resultando no documento de Teresópolis. Segundo Evangelista (2016) “O que está pautado nestes dois seminários não é uma ruptura com o modelo desenvolvimentista assumido na década de 1950, e sim com uma perspectiva positivista dos “males sociais” que estavam postos na realidade social”. (EVANGELISTA, 2016, p. 64). Porém foi apenas em 1979, em São Paulo, que foi realizado o III Congresso de Brasileiro de Serviço Social, marcando a profissão com uma virada, como ficou conhecido. Neste congresso, segundo o CRESS foi repensado “questões da profissão e as estratégias para utilizar e qualificar a ética, a crítica, a política e tecnicamente a formação e o exercício profissional”. Portanto foi o projeto principal para a criação do Projeto Ético Político Profissional da profissão.

Tivemos o processo de legitimação da profissão, segundo Miranda (2016) “tendo como perspectiva as suas novas bases teóricas, temos em 1986, a reformulação

do Código de Ética da Profissão.” (EVANGELISTA, 2016, p. 66). Estabelecendo conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”, e afirmação de um novo perfil do/a técnico/a, não mais um/a agente subalterno/a e apenas executivo/a, mas um/a profissional competente teórica, técnica e politicamente. (EVANGELISTA *apud* Brasil, 2016, p.66). Com Relação a intenção de ruptura, podemos dizer que foi o ponto chave para o amadurecimento teórico metodológico da profissão, dando início a nova fase e novos pensamentos dentro da profissão.

Como vimos acima, pode-se dizer que foi a partir do Movimento de Reconceituação que se começou a repensar os fundamentos da profissão, ideias e teorias. Foram muitos os esforços para aprimorar esta reconstrução. Segundo Netto (2009) a “laicização, com tudo que implicou e implica, é um dos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa”. (NETTO, 2009, p. 128), ou seja, a religião e a burguesia também estavam envolvidas neste processo.

Neste período de transição do Serviço Social tradicional para a reconceituação, a ditadura estava em crise e o Estado se viu obrigado a contratar novos profissionais para mediar os conflitos. Esses Assistentes Sociais chegaram mais maduros e com a intenção de trabalhar em equipes multidisciplinares e modernizar a profissão.

Segundo Netto, existiram quatro aspectos decisivos para a renovação do Serviço Social. Sendo eles:

- a) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal;
- b) a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas;
- c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executiva;
- d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa. (NETTO, 2009, p.135, 136)

O processo de ruptura do Serviço Social com o tradicionalismo não aconteceu imediatamente, foram anos de reflexões, questionamentos e práticas profissionais. A reconceituação foi a base para essa renovação do Serviço Social. Logo após esses anos de renovação, a partir de meados dos anos de 1980 as ideias de Seguridade Social e Direitos Humanos começaram a ser pensadas e realizadas.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

#### **3.1 Constituição Federal de 1988.**

A Constituição Federal de 1988 trouxe mais direitos em prol da população brasileira. Um deles foi o reconhecimento da Política de Assistência Social, garantindo a proteção social de todos os brasileiros com o tripé da Seguridade Social, unindo as políticas de Assistência Social, Previdência Social e Saúde.

Mesmo com a CF-88 em prática, o direito da Assistência Social foi implementado apenas em 1993, com o surgimento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) “é o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos artigos 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social” (Pires, 2014, p. 4). Portanto a LOAS, criada a partir da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, é um dever do Estado, garantindo os direitos dos indivíduos vulnerabilizados e excluídos, garantido no Art. 1º: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (LOAS, 1992, p.31).

#### **3.2 Política Nacional de Assistência Social.**

Posteriormente a promulgação da LOAS, em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que segue as diretrizes da CF-88 e da LOAS, com o objetivo de implantar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS foi instituído em 2005 com a função de organizar a Política de Assistência Social, no país dentro do campo de proteção social. Esses campos são organizados em dois tipos de complexidade, a Proteção Social Básica, que tem por objetivo garantir direitos sociais aos indivíduos e/ou famílias vulnerabilizadas, mas que ainda não tiveram seus direitos violados; estes são encaminhados para um Centro de

Referencia de Assistência Social (CRAS)<sup>2</sup> e instruídos por meio de programas sociais, serviços ou benefícios do governo. Dentro da Proteção Social Especial são atendidos os usuários que já tiveram seus direitos violados, como em casos de abusos, abandono, maus-tratos, entre outros. São encaminhados para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)<sup>3</sup> e atendidos por profissionais especializados na área de cada caso. (LOAS, 1993, p. 33-34)

Além disso, o SUAS também é responsável pelos benefícios assistenciais em prol da população, cada uma com suas necessidades específicas, financeiras, familiares e/ou psicológicas. Esses benefícios contribuem para superar as situações de vulnerabilidade. Com relação ao atendimento previsto no SUAS, o CRAS é destinado ao atendimento das famílias a partir de políticas públicas e sociais, organizando assim, os serviços socioassistenciais da Proteção Básica do SUAS.

No CRAS, acompanham-se as famílias através do Serviço de Proteção e Acompanhamento Integral à Família (PAIF). Esse serviço tem o intuito de fortalecer a proteção das famílias, evitando qualquer forma de ruptura de laços familiares e sociais, promovendo e conscientizando o acesso aos direitos dos usuários, direcionando-os para uma melhor qualidade de vida. O PAIF é o principal serviço vinculado ao CRAS, tendo também outros programas e serviços ofertados pelo CRAS, como o serviço de Proteção Social Básica e Especial, que são programas indispensáveis na unidade, podendo assim ser vinculados a outros desde que não interfira de modo prejudicial no PAIF.

#### **4 O CRAS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.**

Em Paranaguá, conforme o Art. 126 da lei complementar nº 049/2006 através do decreto nº 338, a Secretaria Municipal da Criança, Promoção e Assistência Social passou a se chamar “Secretaria de Assistência Social”, adequando-se ao SUAS.

---

<sup>2</sup> O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. (PNAS, 2004. Pag. 35)

<sup>3</sup> Neste sentido, requerem maior estruturação técnicooperacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado. (...) visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos. (PNAS, 2004. Pag. 39)

Atualmente lá trabalham 152 funcionários, entre eles, os assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, auxiliares administrativos, operacionais e serviços gerais.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, em junho de 2009 passou a estar disponível para a sociedade os primeiros CRAS do município de Paranaguá. Sendo eles, o CRAS Luiz Carlos da Costa Leite, localizado no bairro Porto dos Padres e o CRAS Jesuína Matos da Silva localizado no bairro Nilson Neves. Mais tarde, integrou ao município de Paranaguá o CRAS Irmã Freitas, no bairro Vila Garcia em abril de 2012, e o CRAS Zilda Arns Neumann, no bairro Serraria do Rocha em outubro de 2012, compondo assim, o número de quatro CRAS no município de Paranaguá. (Souza, 2014, p. 24).

Sendo assim, para trabalhar determinados programas e fazer o acompanhamento das famílias, é necessário conhecer as realidades sociais dos bairros em que o CRAS está localizado e o grau de vulnerabilidade e riscos sociais presentes colocados aos usuários. Deve-se fazer um mapeamento e planejamento das ruas e bairros que serão destinados a cada CRAS do município. Outro programa ofertado pelo CRAS são os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, cada grupo dedicado ao tipo de público específicos, como mulheres, adolescentes e idosos. Dentro desses grupos é realizado um trabalho social que aborda as mais variadas expressões da “questão social”, utilizando para tanto os instrumentais técnico-operativos próprios da profissão.

O estudo desde TCC refere-se ao trabalho do CRAS Zilda Arns Neumann, realizado com os idosos, como veremos adiante.

#### **4.1 O CRAS Zilda Arns Neumann.**

O objeto de estudo deste TCC se refere ao trabalho realizado no CRAS Zilda Arns Neumann junto com idosos. O grupo de convivência e fortalecimento de vínculos dos idosos surgiu durante o meu período de estágio em 2015.

Os CRAS que compõe o município atendem bairros mapeados através de uma divisão, que organiza e deixa cada um responsável pelo atendimento de vinte e três bairros da cidade. O CRAS Zilda Arns Neumann é responsável pelos bairros: Serraria do Rocha, Vila Cruzeiro, Vila Alboite, Industrial, Centro Histórico, Ponta do Caju, João Gualberto, Leblon, Jardim Guadalupe, 29 de julho, Tuiutí, Ilhas, Dom Pedro II, Oceania, Alto São Sebastião, Rocio, Vila Portuária, Vila Guarani, Vila Becker,

Valadares, Vila da Madeira, Vila Rute e Jardim Santa Rosa; atendendo entorno de 4116 famílias. Sua maioria encontra-se sem emprego formal, necessitando de auxílio para saúde, educação, alimentação ou familiares em condição de dependência química. Apenas 250 recebem alguma transferência de renda federal. Dentre esses benefícios, encontram-se o “Programa Bolsa Família” (BPF) e o “Benefício de Prestação Continuada” (BPC). Lá também conta-se com os três tipos de grupos já mencionados, ou seja, grupo de mulheres, grupo de adolescentes e grupo de idosos.

O grupo de idosos surgiu durante o meu período de estágio supervisionado e foi o tema do meu projeto de intervenção. Naquele momento, eu estava em busca de uma atividade para o meu projeto de intervenção e participava das reuniões com os outros grupos (mulheres e adolescentes). Durante o estágio, foi possível observar que faltava algo para os idosos, pois eles representam uma boa parte dos usuários do CRAS e também comentavam sobre a falta de atividades para a terceira idade. Logo surgiu a ideia, junto com as Assistentes Sociais do CRAS para montar um grupo com estes idosos e começar a realizar encontros semanais. Juntamos atividades e conversamos com profissionais para realizar parcerias e um mês depois a ideia do grupo começou a ser executada, o que será melhor explicado no terceiro capítulo deste TCC.

INSERIR UNS DADOS PARA CONSIDERAR



## 5 IDOSOS.

### 5.1 História dos Idosos.

O envelhecimento populacional é um fenômeno que vem ocorrendo com maior frequência a partir deste século. Ganhamos mais trinta anos de vida, porém para podermos entender melhor esta longevidade precisamos analisar a trajetória da velhice desde as culturas mais antigas.

Nas sociedades antigas os idosos tinham diferentes papéis conforme as regiões e os costumes. Alguns eram considerados sábios e membros fundamentais nas famílias e outros eram considerados descartáveis, não servindo para mais nada dentro da sociedade. A velhice sempre existiu, porém o que mudou foi a idade para ser considerado um idoso e as formas de enxergar essas pessoas. O relato mais antigo sobre a velhice apareceu 2.500 anos A.C em uma obra dedicada a este tema no Egito. Segundo Ptah-Hotap a velhice era a decadência da vida de alguém:

“Quão penoso é o fim de um ancião! Vai dia a dia enfraquecendo. A vista baixa, os ouvidos se tornam surdos, a força declina, o corpo não encontra repouso, a boca se torna silenciosa e já não fala... A velhice é a pior desgraça que pode acometer um homem.” (TERRA; RODRIGUES *apud* HOTAP, 2006, p.18)

Séculos depois os idosos começaram a ter um papel mais respeitado dentro da sociedade. Acreditava-se que eles tinham grandes poderes, pois conheciam as religiões, os cantos, as ervas que curavam, entre outros. Nas culturas Incas e Astecas este papel se destacava muito e esses anciãos eram vistos como responsabilidades públicas. Até mesmo no Brasil tínhamos os idosos dentro da cultura indígena vistos como chefes das tribos, “pajés” e “curandeiros” da população. Os Hebreus também tratavam os anciões como chefes e um dos principais idosos da cultura hebraica era Matusalém, muito respeitado e que se acreditava que ele teria vivido até os 969 anos. Na Europa, os idosos também tinham seu destaque.

Com a queda do Império Romano, a juventude começou a se tornar superior e os anciãos foram perdendo o seu lugar na população. O Cristianismo foi um dos principais fatores gerais negativos que contribuíram para essa queda. A velhice era tratada como sinal de vergonha, pecado e feiura. No século VI foi dada a ideia de que a

velhice era o final das atividades dos anciãos, tornando-os resumidos a nada. Este período foi marcado também pelo massacre de mulheres anciãs, pois elas eram consideradas bruxas. Além disso, a idade média foi conhecida pelo poder dos mais fortes, e, conseqüentemente os idosos viraram escravos e servos da população. A velhice era considerada doença e esse pensamento perdurou até o século XX, pois faltavam meios para tratar os diversos problemas causados pela idade, como perda dos dentes, surdez e perda da visão.

Nos séculos XIV e XV houve um surto de cólera e peste e a maior parte da população que se salvou foi a de idosos, trazendo um novo fortalecimento para essas pessoas e causando um conflito com a população mais jovem. Os idosos começaram a ser ridicularizados juntamente com a literatura e a arte.

O século XVI foi marcado pela violência em cima da velhice. Grandes autores como Willian Shakespeare e Erasmo de Roterdã falavam da velhice em suas obras como um fardo. Em seu livro “O Elogio da Loucura” Erasmo de Roterdã escreve: “... Logo chega à fastidiosa e incômoda velhice, tão insuportável para si como para os outros.” (ROTerdã, 2002, p.09). Porém ainda neste século surgiram novos pensamentos científicos, que segundo Rodrigues e Terra (2006), “ênfatizaram a observação, a experimentação e a verificação”. (RODRIGUES; TERRA, 2006, p.20). Estes pensamentos buscavam descobrir quais as causas da velhice e nele estavam envolvidos médicos ingleses e um médico francês. Ainda assim as ideias negativas sobre a velhice perduravam.

Durante os séculos XVII e XVIII ocorreram avanços significativos nas áreas de anatomia, fisiologia, patologia e química. As mudanças ocorridas durante esses séculos e no século XIX resultaram em transformações na população anciã. O número de obras literárias em relação ao assunto cresceu, assim como o número de pessoas anciãs e os avanços da ciência, onde foram estudados e desmentidos diversos mitos sobre a velhice. Ainda assim a situação dos idosos perante a população não mudou, ao contrário, até piorou, pois com o surgimento da Revolução Industrial, onde a força de trabalho era necessária, os idosos foram resumidos a inválidos e excluídos da sociedade por conta da sua menor capacidade de produção, pois as indústrias tinham grandes jornadas de trabalho e a população operária valorizada era a de jovens.

No fim do século XIX e início do século XX, a medicina avançou no campo de velhice e novos termos surgiram, estes que tiveram tanta importância que também foram aproveitados em outras áreas como a Sociologia. A velhice passou a ser diferente

de enfermidade e assim surgiu a gerontologia<sup>4</sup> e a geriatria<sup>5</sup> como disciplinas formais no estudo da medicina.

Foram muitos os ciclos de mudanças na história da velhice, podemos ver os idosos “bem quistos” na sociedade, com grande respeito e visto como líderes, mas também pudemos acompanhar essa história mudar completamente. Os mitos prejudicaram o envelhecimento saudável da população por longos séculos. Foram muitas as humilhações, as dificuldades e a falta de inserção na sociedade, o que prejudicou o crescimento do estudo por um longo tempo. Hoje em dia a nossa população anciã está inserida na sociedade, tem seus direitos e cada dia mais as lutas crescem para estes idosos poderem desfrutar tranquilamente de uma velhice tranquila e saudável, este resultado foi alcançado graças ao envolvimento da população, de profissionais das áreas de saúde e social, dos idosos ativos e aposentados, dos gerontólogos, entre outros.

Para os idosos, a construção de uma cultura de civilidade precisa considerar a dimensão da convivência entre gerações, o que significa o compartilhamento de responsabilidades e a identificação de papéis sociais a serem desempenhados. (SILVA, 2016, p. 216)

## **5.2 Crescimento Do Número De Idosos No Brasil.**

A população dos idosos cresceu mundialmente ao longo dos anos e no Brasil não foi diferente. O crescimento do número de idosos começou a partir dos anos de 1960 e com o passar dos tempos ocorreram mudanças rapidamente e em larga escala. Comparando os dados objetivos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos 1970, a população idosa brasileira era composta por 4,7 milhões de pessoas. Já em 2007, a população subiu para 17,9 milhões de pessoas. Em 2014 os idosos já eram 27,8 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. E ao fazer uma projeção quanto ao número da população de idosos no mundo, o IBGE (2007) concluiu que haverá cerca de 66,4 milhões de idosos em 2050 e a maior parte desse número são de mulheres.

---

<sup>4</sup> Termo criado pelo Dr. Metchnikoff em 1903 originado de duas raízes gregas *geron* (= velho) e *log(o)* + *ia* (= estudo); portanto, “estudo da velhice”. Hoje é considerada como a ciência que estuda o processo de envelhecimento dos seres vivos: vegetais, animais e o homem. (RODRIGUES; TERRA, pag 22, 2006)

<sup>5</sup> Termo criado em 1909, pelo médico austríaco Ignaz Leo Nascher, composto também de duas raízes gregas *ger(o)n* (= velho) + *iatrikos* (= tratamento); logo, “tratamento do velho”. (RODRIGUES; TERRA, pag 22, 2006)

Este crescimento mostra que houve melhorias na qualidade de vida. Segundo o projeto das Nações Unidas, uma em cada nove pessoas tem 60 anos ou mais e esse número só tende a crescer mais, chegando a uma para cada cinco pessoas em 2050.

Segundo o IBGE (2007) estes são os números dos idosos no Brasil e a proporção para os próximos anos:

	2000		2010		2020	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
Proporção de população idosa (60 e mais)	7,8%	9,3%	8,4%	10,5%	11,1%	14,0%
<i>Proporção da população</i>						
<i>Grupos de idades</i>						
60-64	46,8%	53,2%	46,4%	53,6%	45,6%	54,4%
65-69	45,8%	54,2%	45,2%	54,8%	44,5%	55,5%
70-74	44,8%	55,2%	43,2%	56,8%	42,8%	57,2%
75-79	43,9%	56,1%	40,2%	59,8%	39,9%	60,1%
80 ou mais	39,9%	60,1%	34,7%	65,3%	33,8%	66,2%
<b>População idosa</b>	<b>6.533.784</b>	<b>8.002.245</b>	<b>7.952.773</b>	<b>10.271.470</b>	<b>11.328.144</b>	<b>15.005.250</b>

FONTE: IBGE (2007)

Segundo Silva (2016)

A expressividade numérica representada por estes dados, ao tempo em que reafirma o avanço de conquistas no campo científico, tecnológico e epidemiológico, assegurando qualidade e maior expectativa de vida ao ser humano, compreende, por outro lado, diferentes formas de inserção dos cidadãos nessa faixa etária, revelando um quadro de desigualdades no acesso às condições de vida, o que muitas vezes compromete a perspectiva do envelhecimento saudável e ativo, pautada pela ONU e pelas conferências intergovernamentais sobre envelhecimento realizadas pela Cepal na América Latina e no Caribe neste começo de século. (SILVA, 2016, p.218)

### 5.3 Política Nacional do Idoso.

Conforme já visto neste TCC, a Constituição Federal de 1988 trouxe para o país direitos e deveres à favor da população brasileira. Para os idosos foram garantidos a proteção social, sendo uma obrigatoriedade do Estado previsto no Art. 203: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.” (BRASIL, 1988, Art. 203) E mais especificado ainda no Art. 230, que diz: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.” (BRASIL, 1988, Art. 230). Ou seja, sendo da obrigação da família e também do Estado garantir uma velhice saudável, com proteção e dignidade como qualquer cidadão brasileiro.

No ano de 1976 começou a ser falado sobre políticas para o idoso no “I Seminário Nacional de Estratégia para Idosos”. Porém o idoso já tinha começado a ser inserido em alguns artigos do código civil, penal, entre outros. Estes avanços nas áreas para a terceira idade foi dado graças a união da sociedade, que segundo Soares (2014):

(...) a política pública dirigida ao segmento do idoso se relaciona com a conjuntura brasileira, com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como com a ação reivindicatória dos movimentos sociais. Na conjuntura pré Constituinte, destacamos o fortalecimento da sociedade civil, na luta pela democratização contra o Estado Ditatorial, diversos movimentos sociais (mulher, idoso, negro, direitos humanos, sindical entre outros) manifestaram críticas e suas reivindicações. (SOARES, 2014, p. 5.)

Ou seja, o segmento dos idosos começou a lutar mais pelos seus direitos. Surgiram muitos debates e seminários sobre o assunto. Ainda no ano de 1976 surgiu o Programa de Assistência ao Idoso (PAI), que segundo Rodrigues (2001) “consistia na organização e implementação de grupos de convivência para idosos previdenciários, nos Postos de atendimento desse Instituto” (RODRIGUES, 2001, p. 150.). No próximo ano, em 1977, o LBA assumiu o PAI em todo território nacional. O PAI cresceu bastante e passou a ser Projeto de Apoio à Pessoa Idosa (PAPI). Segundo Rodrigues (2011):

“O PAPI tinha suas “ações voltadas para as pessoas idosas, visando dar-lhes oportunidades de maior participação em seu meio social e, também, desenvolver a discussão ampla de sua situação como cidadãos, suas reivindicações e direitos, além de valorizar todo o potencial de vivência dentro das comunidades”.”. (RODRIGUES, 2001, p.151)

Logo surgiram parcerias com órgãos particulares, aumentando o atendimento aos idosos e criando novos programas como o Projeto CONVIVER<sup>6</sup>. Foram criadas também as primeiras associações para os idosos.

---

<sup>6</sup> “Os grupos de convivência para idosos contribuem para a promoção do envelhecimento ativo e a preservação das capacidades e do potencial do indivíduo nessa fase. Desse modo, criou-se o Projeto Conviver, direcionado, principalmente, para a população idosa da comunidade do Catete (bairro de Santo Antônio do Leite, Distrito de Ouro Preto), na qual foram observados relatos relevantes de tristeza, ansiedade e depressão descritos por profissionais de saúde da região. O grupo buscou interferir positivamente no bem-estar mental de seus participantes, por meio de oficinas que valorizaram o convívio e promoveram o envelhecimento ativo. Ao final do projeto, foi realizada uma avaliação na qual cada participante relatou a interferência dos grupos operativos em suas vidas. Com o trabalho, criou-se um forte vínculo entre os integrantes do Projeto Conviver; promoveu-se um intercâmbio de conhecimentos; houve a adoção pela comunidade de hábitos de vida mais saudáveis; e houve aproximação dos acadêmicos aos cenários de prática de promoção da saúde. Os resultados obtidos demonstram que, de fato, os grupos operativos promovem o bem-estar dos idosos, estimulando a socialização a partir da convivência de seus integrantes.” (ANDRADE, 2010, p.1)

No início dos anos de 1980, a preocupação com a saúde do idoso começou a crescer, e foi lançado o “Programa da Saúde do Idoso” pelo Ministério Público. Começou a serem repassadas as ideias de auto-cuidado, dos seus direitos, conscientizando-os e ajudando-os na integração para uma vida mais ativa e com saúde. Além disso, começou a surgir preocupação também na parte do lazer e cultura, surgindo o EMBRATUR, promovendo a terceira idade opções de viagens e auxiliando-os com os custos. Hoje em dia passou a se chamar “Clube da Melhor Idade”. Com este salto, um dos principais ganhos da área foi o surgimento de Conselhos Estaduais e Municipais.

Em 1985 surge a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) com visões positivas para a terceira idade. Segundo Rodrigues (2001) é uma “entidade técnico-científica de utilidade social, sem fins lucrativos e sem distinção política e religiosa, com autonomia administrativa e financeira, com duração indeterminada.” (Rodrigues, 2011, p. 154) e um dos seus objetivos principais de acordo com Rodrigues (2001) é “a melhoria das condições de vida da população idosa brasileira.” A ANG promoveu três seminários regionais, e esses três seminários formaram um em nível nacional chamado “O Idoso na Sociedade Atual”. A partir deste seminário surgiu o documento denominado “Políticas para a 3ª Idade”, que foi entregue em maio de 1990 para a ministra de Ação Social do atual Presidente Collor. Este documento contendo elaborações para ações voltadas aos idosos foi analisado e segundo Rodrigues (2001) deveria ser emitido um parecer em 60 dias, porém o prazo foi prorrogado e o parecer sobre o documento só foi apresentado em fevereiro de 2001. (Rodrigues, 2001, p. 156). As conclusões levaram a criação do "Plano Preliminar para a Política Nacional do Idoso". Segundo Rodrigues (2001) este plano tinha o objetivo de “Promover a autonomia, integração e participação efetiva dos idosos na sociedade, para que sejam co-partícipes da consecução dos objetivos e princípios fundamentais da Nação.” (RODRIGUES, 2001, p.152). Ainda segundo Rodrigues (2001), o plano contava com ações nas áreas de Formação da Opinião Pública; Trabalho e Previdência Social; Educação, Saúde, Habitação; Promoção e Assistência Social; Esportes e Lazer; Cultura. (Rodrigues, 2001, p. 153). Porém o decreto-lei que deu a origem a Lei nº 8842 foi redigido mais tarde e a “Política Nacional do Idoso” começou a ser implantada em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso sob o Decreto nº 1948.

A partir de então, começamos a contar com o Conselho Nacional do Idoso e um instrumento essencial, os Fóruns Estaduais e Regionais Permanentes da PNI que hoje estão em todas as regiões do país. É importante dizer de que esta lei que deu início ao

PNI foi graças à união da sociedade e de profissionais em várias áreas, como saúde, assistência social e direito, pois estes profissionais têm conhecimentos específicos e observaram a carência de cuidados e necessidades que os idosos tinham, entrando para a luta em busca de direitos iguais os de qualquer cidadão brasileiro.

#### **5.4 Estatuto do Idoso.**

Em 1º de Outubro de 2003 surge o Estatuto do Idoso, sob a Lei nº 10741, sancionada e assinada pelo então Presidente Lula, junto a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

Segundo o Art. 1º do Estatuto do Idoso, é “destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” (BRASIL, 2003). Ou seja, o Estatuto protege os direitos dos idosos, sendo estas responsabilidades da família, Estado e sociedade. Também garante a inclusão social da terceira idade, necessário por conta dos fatores históricos e sociais com essa parte da população vulnerabilizada, que geralmente carece de proteção.

O Estatuto do Idoso é mais abrangente do que a Política Nacional do Idoso, pois passa a garantir mais direitos, como o direito a vida, a liberdade, ao respeito e a dignidade, direito a saúde, educação, cultura, esporte e lazer. Também estabelece o direito a profissionalização e ao trabalho, a previdência e a assistência social, a habitação, ao transporte, as medidas específicas de proteção, a política de atendimento ao idoso e ao acesso a justiça. Além disso, estabelece leis para famílias e indivíduos que promovem crimes contra os idosos, sendo abandono, desrespeito e violências, com penas severas e o indivíduo sujeito a prisão.

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena - reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente. (BRASIL, 2003, Art. 96)

O idoso também é preocupação do Estado, pois é da responsabilidade dele de garantir os direitos de sobrevivência, como transporte, moradia e aposentadoria, além de

garantir todos os direitos relacionados a qualquer cidadão como descrito no Art. 2º do Estatuto:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2013, Art. 2)

Aos idosos que não tem condições de manter-se e nem os seus familiares tenham condições é ofertado um benefício denominado “Benefício de Prestação Continuada” (BPC). Segundo a Previdência Social, o BPC consiste em um salário mínimo mensal. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente e por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele.

O Estatuto do Idoso trouxe melhoras significativas para que um idoso possa usufruir do BPC, pois no regulamento da LOAS a idade mínima para receber o benefício era de 70 anos e com o Estatuto passou a ser 65 anos.

Art. 34. Aos idosos, a partir de sessenta e cinco anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). (BRASIL, 2013, Art. 34)

Sobre a saúde do idoso o Estatuto prevê no Art. 15:

É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. (BRASIL, 2013, Art. 15)

Porém segundo Neto (2014), a realidade do nosso país e do Sistema Único de Saúde (SUS) é bem diferente. “O SUS ainda não está preparado para amparar adequadamente esta população.” (Neto, 2014, online). Faltam profissionais especializados, hospitais e uma capacitação para o atendimento. Essa é uma das maiores preocupações em relação ao idoso. Precisamos crescer, e muito, nesta área.

Apesar de ter os seus direitos assegurados por leis e pelo estatuto, o idoso ainda sofre preconceito da população. Muitos acham que essa parcela da nossa população não tem mais “vida”, não podem mais se divertir ou construir uma nova história. Por isso é



assegurado no Estatuto do Idoso, no Art. 20, o acesso à cultura, lazer e esporte com desconto de no mínimo 50% no valor dos ingressos e acesso preferencial no local; a garantia de não descriminalização etária no emprego previsto no Art. 27 e a garantia de 3% na habitação pública. Ou seja, o idoso tem uma reserva para a compra de uma unidade residencial dentro dos programas habitacionais que são financiados com recursos públicos, garantido no Art. 38.

Temos em nossas mãos uma verdadeira riqueza. Pudemos observar o como foi difícil o caminho percorrido para o início efetivo de leis e direitos exclusivos para a população da terceira idade. O Estatuto do Idoso é fantástico, os avanços que foram conquistados são imensos. Porém o percurso ainda é longo, muitas leis que estão no Estatuto do Idoso nem sempre estão próximas das realidades dos idosos brasileiros. Para que consigamos mais conquistas nessa área, precisamos de mais pessoas abraçando a causa e lutando por esses direitos. E principalmente, precisamos de um governo que cumpra com seus deveres, garantindo a saúde e o bem-estar de uma população que realmente necessita de olhares cuidadosos e proteção. Silva (2016) reafirma escrevendo que:

No Brasil, a existência de um instrumento legal que confirma esses direitos já é um grande avanço para uma sociedade que se desenvolveu sem atentar para a importância de um princípio básico de civilidade, que é valorizar a sabedoria dos mais velhos e proteger as suas necessidades. No entanto, entre o marco legal e as medidas de sua efetivação existe uma grande distância a ser percorrida e ações a ser concretizadas. (Silva, 2016, p. 223)

## **5.5 Serviço Social e o Idoso.**

O Serviço Social sempre esteve incluído nos movimentos e nas lutas sociais a favor dos direitos dos idosos, onde conquistaram alguns benefícios na Assistência Social, como o BPC, e está presente nas leis desde a CF-88 e no PNAS. Porém somente com a Política Nacional do Idoso que realmente foi esclarecido integralmente sua participação, que além de garantir os direitos destes idosos, consistia em realizar programas, projetos e serviços das áreas sociais. Segundo o Artigo 10 da PNI:

Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos:

I - na área de promoção e assistência social:

a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais.

b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;

c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;

d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;

e) promover a capacitação de recursos para atendimento ao idoso; (BRASIL, 2010, art. 10).

O Serviço Social passa a desenvolver ações e projeto, além da criação de centros de convivência, com atendimento básico e especial dependendo da necessidade dos idosos. Esta inclusão social é necessária, pois muitos idosos se sentem isolados dentro da nossa sociedade capitalista e o Serviço Social reaproxima o convívio deles. Os idosos sentem mais ainda que são pessoas “inúteis” por conta de não contribuírem mais dentro do mercado de trabalho. Os Assistentes Sociais devem ter técnicas e abordagem bem claras e uma atuação competente, para garantir os direitos e fazer este idoso se sentir como parte da sociedade ativa.

Soares (2014) destaca que:

É importante destacar a relação entre direitos sociais e o serviço social, pois é neste campo que o Assistente Social atuará com o segmento idoso, com vistas a mobilizar um processo de construção coletiva na busca de efetivação, concretização e ampliação dos direitos sociais, com a consolidação da cidadania e o aprofundamento da democracia. (SOARES, 2014, p.9)

Além disso, o Serviço Social deve garantir ao idoso seus direitos, lutando para cada dia mais o idoso ser inserido na sociedade, trabalhando nas políticas sociais e resgatando sua dignidade, pois ainda tem muito trabalho e muitos desafios a serem vencidos, por conta do passado histórico cultural e também por a velhice ainda ser considerada como uma expressão da questão social<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Questão Social segundo Iamamoto é definida como: “um conjunto das expressões das desigualdades das desigualdades das sociedades capitalistas maduras, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 1998, p. 27)

## 6 METODOLOGIA DE PESQUISA.

No último capítulo deste TCC, após acompanharmos a trajetória do Serviço Social no Brasil, a história dos idosos e os direitos conquistados durante esta longa caminhada, analisaremos os dados obtidos no grupo de convivência e fortalecimento de vínculos dos idosos do CRAS Zilda Arns Neumann, realizado através de pesquisa social.

A pesquisa social é essencial para poder analisar e conhecer a realidade do objeto de pesquisa. Com ela podemos chegar perto do objetivo esperado. Gil (2008) define o conceito de pesquisa e pesquisa social.

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. (GIL, 2008, p. 26)

A metodologia qualitativa foi a escolha dos procedimentos utilizados na pesquisa deste trabalho. Segundo Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. (...) Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21)

Ou seja, a escolha da metodologia qualitativa foi realizada devido às perguntas realizadas serem pessoais, com o objetivo de analisar a avaliação e a expectativa dos idosos que participam do grupo de convivência do CRAS. Sem este método a pesquisa ficaria vazia, contendo informações irrelevantes para o objetivo deste TCC. A pesquisa se encaixa dentro da natureza Explicativa. Segundo o site Pós Graduando *apud* Marconi e Lakatos:

A pesquisa explicativa registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica. (MARCONI e LAKATOS *apud* SITE PÓS-GRADUANDO, 2011, online)

Visto isso, partiremos para a trajetória percorrida para elaboração da pesquisa.

### **6.1 Trajetória de Pesquisa.**

Foi necessário percorrer uma trajetória que iniciou no projeto de Reconhecimento Institucional durante o meu estágio obrigatório realizado no período de um ano, entre os anos de 2014 e 2015. Durante este tempo de estágio foi iniciado o Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para os idosos e o procedimento essencial para a elaboração deste trabalho foi a Observação. Com a Observação iniciei os primeiros passos para a base deste TCC. Segundo Richardson (2010) a “observação é o exame minucioso ou a mirada atenta sobre um fenômeno no seu todo ou em algumas de suas partes, é a captação precisa do objeto determinado” (RICHARDSON, 2010, p. 258).

Este TCC foi escrito buscando fontes na maior parte bibliográficas. Foram citados diversos autores do Serviço Social, entre outros, não menos importantes, sendo sempre necessário para fundamentar o processo histórico. Foram utilizadas também fontes documentais, legislativas, online, entre outras.

### **6.2 Coleta de Dados.**

A coleta de dados partiu do consentimento da Assistente Social e da Terapeuta Ocupacional do CRAS Zilda Arns Neumann responsáveis pelo Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculo dos Idosos. Logo após foi passado para os idosos, antes do início da pesquisa, um termo de consentimento que segue as normas éticas e deixa claro ao participante da pesquisa sobre a sua forma de participação e o anonimato. Minhas informações de contato também foram disponibilizadas para eventuais dúvidas. O questionário, composto de trinta e sete (37) perguntas abertas<sup>8</sup> e fechadas<sup>9</sup> (Vide apêndice II), foi respondido no mês de outubro de 2016, totalmente sob a perspectiva destes idosos.

---

<sup>8</sup> Segundo Marconi & Lakatos as perguntas abertas “também chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões.” (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 204)

<sup>9</sup> Segundo Marconi & Lakatos as perguntas fechadas “também denominadas limitadas ou de alternativas fixas, são aquelas que o informante escolhe sua resposta entre duas opções: sim e não.” (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 204)

Marconi & Lakatos (2003) citam uma série as vantagens do questionário, como por exemplo: obtém grande número de dados, economiza tempo, obtém respostas mais rápidas e precisas, ente outras. Ou seja, o questionário foi a opção mais viável para a pesquisa deste TCC, pois, com as perguntas elaboradas forneceu o que era necessário ao tema e ao objetivo proposto, com o que conseguimos identificar o perfil dos idosos que participam do grupo, aprofundar como os direitos sociais previstos na política nacional do idoso se efetivam no cotidiano dos idosos e investigar como a política de direitos do idoso se efetiva dentro do grupo. Também obtivemos a avaliação e a expectativa dos idosos que participam do grupo.

O questionário foi dividido em três etapas: os dados pessoais, direitos do idoso e o serviço de convivência. O questionário foi respondido por seis idosos de onze que participam atualmente do grupo, que é realizado semanalmente. Duas pessoas não quiseram participar e três estavam ausentes há algumas semanas por motivos de saúde. Alguns idosos responderam o questionário sozinhos, sem muitas dúvidas, e outros eu auxiliei no entendimento e na escrita das perguntas, pois não sabiam ler, escrever e/ou interpretar as perguntas ou sabiam apenas um pouco.

Após realizar a pesquisa, os dados obtidos foram devidamente estudados e analisados, para poder chegar a uma conclusão sobre os principais avanços e desafios do CRAS em relação ao grupo de convivência dos idosos.

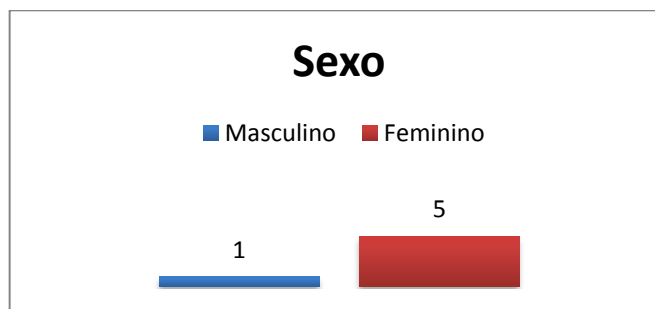
### **6.3 Análise de Dados.**

Como vimos anteriormente, os dados obtidos através da pesquisa foram coletados por meio de seis idosos do grupo de convivência do CRAS, em sua maior parte mulheres, sendo cinco mulheres e um homem. Durante a elaboração deste trabalho, buscamos compreender todo o processo histórico, tanto do Serviço Social quanto do idoso, para poder chegar até aqui e ouvir realmente os idosos do grupo de fortalecimento de vínculos e convivência do CRAZ Zilda Arns Neumann, sobre como é o seu modo de vida, se conhecem os seus direitos e se os mesmos são respeitados. Conseguimos identificar semelhanças e diferenças nas respostas e muitas foram as histórias de vida ouvidas durante as respostas. Os dados obtidos serão disponibilizados em gráficos neste TCC.

## 6.4 Análise de Dados Pessoais

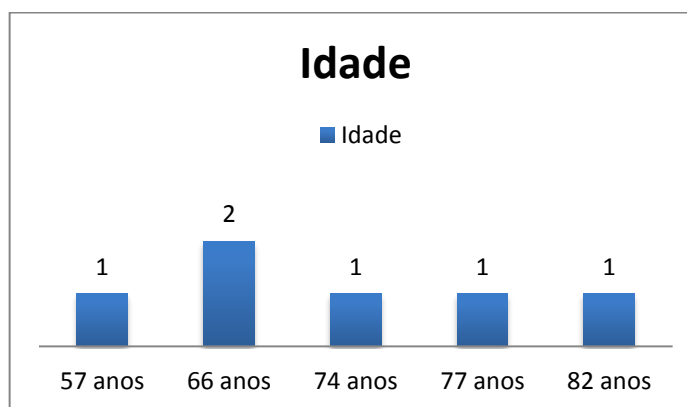
A primeira etapa do questionário foi constituída nos dados pessoais e econômicos, com o objetivo de analisar o perfil pessoal e socioeconômico destes idosos. Começamos analisando o sexo dos participantes, como foi dito acima, a maior parte dos participantes é de mulheres.

GRÁFICO 1



No gráfico seguinte podemos observar que a maioria das pessoas tem idade acima dos 60 anos, definida no Art. 1º do Estatuto do Idoso em que é garantido assegurar os direitos para as pessoas acima desta idade.

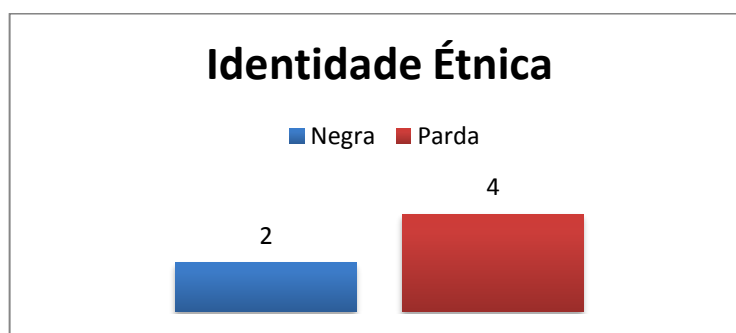
GRÁFICO 2



Muitos dos idosos participantes do grupo vieram de outros estados e suas famílias ficaram por lá. Por conta disso se sentem solitários, sem a companhia de familiares ou amigos. Apenas duas pessoas que participaram da pesquisa nasceram em Paranaguá, duas vieram de Pernambuco, uma da Paraíba e outra da Bahia. Por aqui construíram ou reconstruíram suas vidas, mas sempre lembrando saudosamente do seu lugar natal. Pudemos analisar que todos os idosos tem sua religião, cinco são católicos e um evangélico, a participação ativa na igreja auxilia no relacionamento social e também se torna uma atividade na vida destes idosos.

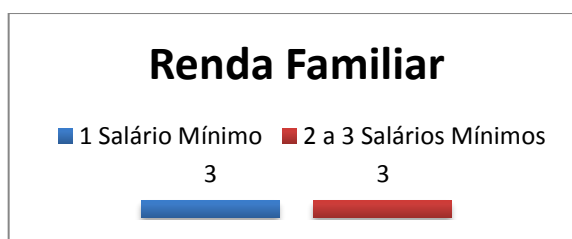
Analizamos a identidade étnica, pois como salienta Azevedo (2015) “considerando os estigmas e as discriminações sofridas pelos afrodescendentes ao longo da história do Brasil, é primordial que a identidade étnica seja visibilizada nesse estudo.” (Azevedo, 2015, p. 31). No grupo duas pessoas se declararam negras, ou seja, temos uma parcela de participação das pessoas afrodescendentes. Já houve palestras no grupo sobre o assunto, onde cada um pode dividir suas histórias, os preconceitos sofridos e as superações.

GRÁFICO 3



Sobre a parte sócio econômica na pesquisa, a renda dos voluntários se mostrou baixa para todos que participaram. Ninguém respondeu que tem uma renda familiar acima de 03 salários mínimos. A quantidade de pessoas que vivem com apenas um salário mínimo é preocupante, principalmente na terceira idade, ainda mais quando considerado com a quantidade de pessoas que moram na mesma casa. Duas pessoas que sobrevivem apenas com um salário mínimo por mês responderam que moram quatro pessoas em sua casa e duas responderam que moram quatro pessoas em sua casa com a renda de 2 a 3 salários mínimos. Além disso, duas pessoas responderam que ajudam alguém da família com sua renda mensal, nenhum dos pesquisados recebe o BPC.

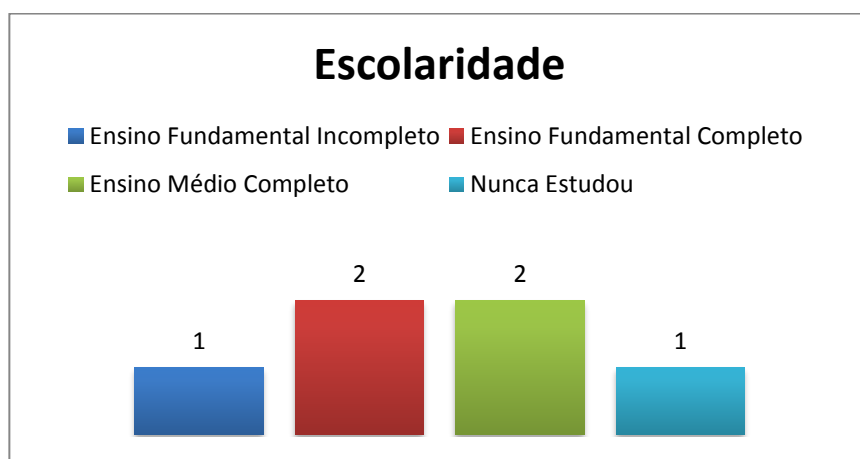
GRÁFICO 4



A renda familiar na maior parte vem dos esposos e companheiros das idosas que responderam o questionário. Três delas nunca trabalharam, sempre dependeram do marido como fonte de sobrevivência. Uma trabalhou durante 13 anos e depois virou apenas do lar. Dois ainda trabalharam e já somam 30 e 64 anos de trabalho, respectivamente, com carteira assinada. Pelo fato de ter que ir trabalhar desde cedo para

o sustento, a maioria dos idosos não conseguiu concluir nem o ensino fundamental. Apenas dois entrevistados chegaram ao ensino médio e um voltou a estudar este ano, cursando no momento a 2ª série do ensino fundamental. Outro fato para os estudos terem sido interrompidos foi casar cedo e ter filhos, ficando sem tempo e condições para se dedicar aos estudos. Na sociedade capitalista, sabemos que esses idosos não teriam um mercado de trabalho disponível para eles, não só pela idade, mas principalmente pela exigência de escolaridade, que cada dia mais aumenta.

GRÁFICO 5



E o IBGE (2000) confirma estes dados, quando afirma que “a maioria da população não alfabetizada no Brasil é composta por pessoas de idade mais avançada, ou seja, idosos e adultos mais velhos, especialmente as mulheres, os negros e afrodescendentes, os indígenas e os residentes nas áreas rurais e na região Nordeste.” (IBGE *apud* PERES, 2011). Devemos lembrar que o ensino público para todos os cidadãos é garantido no Art. 208 da CF-88<sup>10</sup>.

## 6.5 Análise Dos Dados Sobre Os Direitos Do Idoso.

A segunda etapa do questionário foi em relação ao direito do idoso, sobre o que os idosos participantes achavam sobre a terceira idade e o que conheciam sobre seus direitos, que falamos no segundo capítulo deste TCC.

As respostas foram muito parecidas e, infelizmente, foi percebido que falta conhecimento para estes idosos a respeito do que é garantido a eles por lei a eles.

<sup>10</sup> **Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (BRASIL, 1988, Art. 208)



A primeira questão foi sobre o que é ser idoso e as respostas foram variadas, sendo que a maioria dos idosos investigados tem uma boa aceitação acerca do processo de envelhecimento. Apenas uma pessoa compreende esta fase da vida de uma maneira negativa, dizendo que “é ser parado e não praticar nada”. Ao ser questionada por mim sobre por que não realizava alguma atividade para tornar mais sua vida mais ativa, ela respondeu que não sabia de nenhuma atividade oferecida para a sua idade. Conversei com a TO e passamos uma lista de atividades e aulas que são disponibilizadas gratuitamente pela prefeitura da cidade.

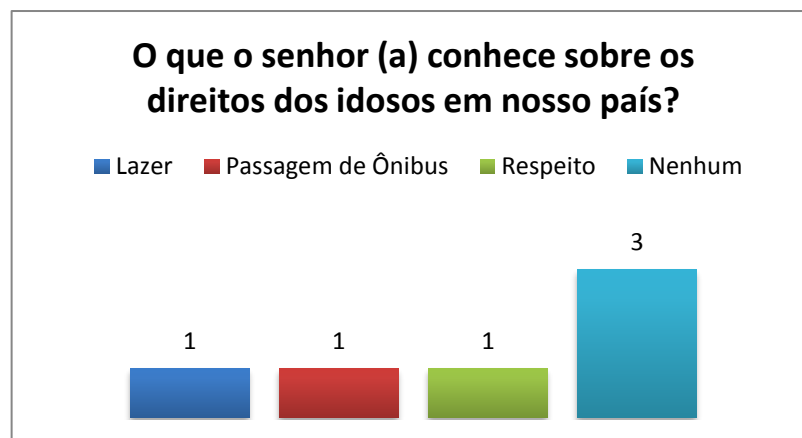
Outro idoso respondeu que “são pessoas que necessitam de muita atenção e carinho familiar”, este que é garantido no Art. 230 do Estatuto do Idoso. Segue abaixo as respostas obtidas na íntegra:

- “É ser parado e não praticar nada.” (Idoso 1)
- “São pessoas que necessitam de muita atenção e carinho familiar.” (Idoso 2)
- “Para mim é ótimo, nasceu, cresceu e ainda está vivo, agradecer a Deus.” (Idoso 3)
- “Idoso é estar cansado de trabalhar, mas ainda se sentir jovem” (Idoso. 4)
- “É poder aproveitar os benefícios que a lei me permite.” (Idoso 5)
- “É aceitar.” (Idoso 6)

A próxima questão é uma das mais importantes e pergunta a respeito do que eles sabem sobre os direitos dos idosos em nosso país, e as respostas dadas nos fez analisar que estes idosos não conhecem nada ou quase nada dos seus direitos garantidos por lei. E esta é uma questão para ser repensada não apenas pelos idosos do grupo, mas sim pelos idosos do Brasil inteiro e pelos responsáveis competentes da área que atendem ao público idoso do país. Muitos estão tendo direitos violados por falta de conhecimento do Estatuto do Idoso. Observamos nas respostas apenas os conhecimentos mínimos, que são utilizados no dia a dia, como o lazer, respeito e passagem de ônibus. Três idosos participantes não sabiam dizer nenhum direito Apenas dois idosos responderam que já tinham lido o Estatuto do Idoso.

- “Não sei.” (Idoso 1)
- “Respeito.” (Idoso 2)
- “Não sei nenhum.” (Idoso 3)
- “Lazer garantido.” (Idoso 4)
- “Passagem de ônibus e lazer.” (Idoso 5)
- “Não sei.” (Idoso 6)

GRÁFICO 6



E por conhecer apenas estes direitos, estas foram também as respostas da pergunta de “Qual direito que o senhor (a) mais utiliza no seu dia-a-dia?”. Como as respostas dadas coincidiram com a pergunta anterior, podemos concluir que se estes idosos tivessem mais conhecimentos no Estatuto do Idoso, eles utilizariam os seus direitos, gozando de uma vida melhor.

“Não sei.” (Idoso 1)  
 “Filas do supermercado. (Idoso 2)  
 “Nenhum.” (Idoso 3)  
 “Passagem de ônibus. (Idoso 4)  
 “Passagem de ônibus.” (Idoso 5)  
 “Filas.” (Idoso 6)

Quando questionados sobre os direitos dos idosos que eles achavam que não eram cumpridos, cinco dos seis entrevistados disseram não saber e um respondeu que era o respeito. Essa resposta é reflexo das questões anteriores, onde chegamos à conclusão da falta de informações sobre os seus direitos.

GRÁFICO 7



A última pergunta que compõe o bloco da segunda etapa questionou se os idosos já tinham sofrido algum tipo de discriminação por ser idoso. E a resposta foi unânime dizendo que não. Esta resposta nos deixa com uma visão mais positiva sobre a ideia da

sociedade com o idoso, ainda que se tenha muito para conquistar em termos da noção sobre os idosos. É um avanço muito significativo se observarmos toda a história do idoso, de ver como já sofreram até conquistarem um estatuto que zela pela sua vida e seus direitos. Sabemos que estamos longe de chegar à perfeição, em um mundo que não exista nenhum tipo de preconceito e violência contra os idosos, mas se nos unirmos e lutarmos pela vida e direitos destas pessoas, um dia poderemos dar realmente o bem estar e o respeito que eles precisam.

## **6.6 Análise do Serviço de Convivência do CRAS.**

A terceira e última etapa que concluiu o questionário, foi em relação ao Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos Idosos do CRAS Zilda Arns Neumann. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, define o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (Brasil, 2014, p. 16)

E em relação ao trabalho com os idosos:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir. (BRASIL, 2014, p. 18)

O grupo de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos dos idosos surgiu em 2015, como falado anteriormente. Alguns dos participantes estão desde o

início do grupo e outros entraram recentemente. A primeira questão do terceiro bloco da pesquisa foi “como eles ficaram sabendo do grupo de convivência do CRAS”; dois responderam que:

“A Assistente Social ligou para convidar.” (Idoso 1)  
 “A Assistente Social ligou para cadastramento e convidou para o grupo.” (Idoso 3)

Três pessoas responderam que:

“Foram ao CRAS realizar outras atividades, foram informados do grupo e participaram” (Idoso 2; Idoso 5 e Idoso 6)

E uma pessoa respondeu que:

“Fui convidada por uma amiga que fazia parte e gostei.” (Idoso 4)

Como vimos, o tempo de participação no grupo varia de pessoa para pessoa. Alguns dos participantes já participavam de atividades, aulas e outros grupos no CRAS antes do surgimento do grupo dos idosos. E sobre o que eles pensam do grupo, a resposta foi positiva. Todos os idosos responderam que acham o grupo “tudo de bom”.

“Maravilhoso, por que eu vivia muito triste e hoje me alegro muito.” (Idoso 1)  
 “Tudo de bom!” (Idoso 2)  
 “É maravilhoso.” (Idoso 3)  
 “Participo há pouco tempo mas acho ótimo” (Idoso 4)  
 “Tudo de bom, não vejo a hora de chegar quinta-feira” (Idoso 5)  
 “Ótimo.” (Idoso 6)

Podemos notar que o grupo trouxe uma qualidade de vida melhor para estes idosos. Marinho (2007) reafirma:

Quando os idosos dispõem seu tempo com atividades gratificantes, adaptam-se melhor ao envelhecimento e se sentem mais felizes e satisfeitos. Fica cada vez mais evidente que além da formação de vínculos de amizade, também é importante para os idosos uma oportunidade de atualização de conhecimentos, pois vivemos em uma sociedade de rápidas transformações. A partir da inclusão social que se pode contar com pessoas conectadas com tudo e com todos. (MARINHO, 2007, p. 9)

O grupo mudou a vida dos idosos entrevistados:

“Trouxe muitas coisas novas e alegrias.” (Idoso 1)  
 “Mais tranquilidade para fazer e pensar nas coisas, rotina” (Idoso 2)  
 “Fiz amizades novas e me divirto. E também aprendo.” (Idoso 3)  
 “Estou a pouco tempo mas já fiz boas amizades.” (Idoso 4)  
 “Amizade, mudança de vida, companheirismo, tudo mudou. Não vejo a hora de chegar na quinta, pois aprendemos mais.” (Idoso 5)  
 “Ânimo, vontade de viver, pois são todos atenciosos.” (Idoso 6)

Observamos que estas mudanças são significativas na vida dos entrevistados, pois eles saem de uma rotina tediosa, podendo socializar, desabafar, criar amizades e ter um envelhecimento mais saudável e ativo. Cada semana o grupo tem uma atividade diferente e com participação de profissionais de outras áreas. Quando responderam a questão sobre quais atividades que mais gostaram de realizar dentro do grupo, as respostas foram:

“Canto” (Idoso 1)  
 “Canto e Palestras” (Idoso 2)  
 “Oficina da Memória e Canto” (Idoso 3)  
 “Todas” (Idoso 4)  
 “Pintura em tecido” (Idoso 6)

Cada atividade realizada mexe com as pessoas de um jeito diferente. A atividade do canto foi a mais citada, como podemos observar na resposta à seguir, para um idoso era um dos seus sonhos.

“Canto, me emocionei e era um sonho meu.” (Idoso 5)

O grupo também busca mostrar aos idosos que o envelhecimento pode ser prazeroso. Esta é uma questão trabalhada, pois alguns idosos acham esta etapa da vida triste, formando uma visão negativa da velhice. Como observamos em uma das respostas sobre o que é ser idoso:

“É ser parado, não praticar nada.” (Idoso 1)

Além desta resposta, pude ouvir um debate entre eles realizado acerca desta questão. Na vida cotidiana, é comum ouvirmos idosos falando que prefeririam morrer à enfrentar a velhice. Mas existem aqueles que mostram o lado bom de envelhecer e os motivos para ainda aproveitar a vida na terceira idade. E é este o objetivo do grupo de

convivência, dar assistência para que estes idosos não apenas vivam a velhice. E sim aproveitem. Realizem atividades que sempre tiveram vontade, que aprendam coisas novas a cada dia que passa, que criem amizades e se mantenham ativos, pois apenas com estas simples atividades consegue-se tornar o envelhecimento mais saudável, trazendo alegria para estas pessoas. É difícil envelhecer, as dificuldades da terceira idade aparecem, mas mesmo assim devem-se buscar novas oportunidades, coisa que o grupo de convivência está sempre procurando melhorar e que pelas respostas dos entrevistados está indo muito bem. Todos responderam que não mudariam nada no grupo, que todas as atividades realizadas são ótimas e não há nada do que reclamar.

Quando questionados sobre quais direitos dos idosos são garantidos no grupo e dentro do CRAS, apenas um idoso respondeu que era o respeito e o resto não soube opinar. Isso demonstra que o grupo de convivência e o CRAS tem que avançar neste aspecto. E podem chegar a um resultado positivo realizando palestras sobre o assunto e até mesmo algumas aulas sobre o Estatuto do Idoso e as leis existentes para a terceira idade. Com certeza isto traria uma melhora significativa na vida de todos, pois com este questionário chegamos à conclusão que os idosos precisam conhecer mais os seus direitos para usufruir de uma velhice saudável e digna, pois se estes idosos fazem parte de um grupo de idosos, é necessário o conhecimento dos mesmos nesta área. Porém é inegável contestar os benefícios que o grupo traz para a vida destes idosos, todos demonstraram alegria em participar e o quanto as suas vidas foram preenchidas de alegrias, amizades e disposição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste TCC buscamos analisar os idosos do Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS Zilda Arns Neumann de Paranaguá-PR, com o objetivo de analisar as atividades e as garantias de direitos dadas para estes idosos.

Com a trajetória percorrida, foram muitos os aprendizados conquistados. Ao todo, buscamos identificar o perfil dos idosos que participam do grupo, aprofundar como os direitos sociais previstos na política nacional do idoso se efetivam no cotidiano dos idosos que participam do grupo e investigar como a política de direitos do idoso se efetiva no grupo. Acreditamos ter alcançado o objetivo esperado.

Os elementos sócios históricos do Serviço Social foram primordiais para poder sistematizar a história da profissão, com isso chegar aos direitos e finalmente ao objeto de estudo. Pudemos observar a história dos idosos, fazendo uma análise da vida destes idosos relacionando com a trajetória que a velhice percorreu para alcançar os direitos garantidos hoje em dia. Com este campo teórico pudemos explicar as respostas coletadas com o questionário aplicado aos idosos do grupo de convivência.

Este TCC foi importante, pois trouxe para mim a resposta de uma questão que eu buscava desde o meu período de estágio, quando o grupo foi iniciado. Eu não imaginava o motivo que levava estes idosos a participarem do grupo toda semana, com a vontade e alegria que eles participam. Hoje em dia sei a importância do grupo e de quanto ele contribui na vida destes idosos. Lá eles são uma segunda família, dentro do grupo tem a atenção e as amizades que faltam diariamente em suas vidas. São realizados sonhos antigos e conquistado aprendizagens novas, com toda paciência e carinho que estas pessoas merecem.

O grupo é composto de idosos com rendas baixas, de baixa escolaridade, mas com muita vontade de aprender. Com isso acreditamos ter confirmado a nossa hipótese anunciada neste trabalho, ou seja, de que os idosos participantes do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS Zilda Arns Neumann não tem uma compreensão aprofundada sobre seus direitos sociais, garantidos por lei e no Estatuto do Idoso, em função de que o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos foca mais no objetivo de fortalecimento de vínculos do que na discussão política sobre os direitos sociais. Os dados obtidos através do questionário aplicado nos deram esta conclusão.

Sabemos que se os idosos aprenderem e se tiverem mais explicações sobre estes direitos eles irão gozar de uma vida melhor. Portanto, com toda a humildade, dando uma sugestão, o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos na medida do possível deveria trabalhar o Estatuto do Idoso com os idosos através de palestras, vídeos-aulas, explicações dos Assistentes Sociais do CRAS e até mesmo algumas atividades e jogos. Com certeza os idosos irão gostar e consequentemente aprender, pois a avaliação e expectativas dos idosos que participam do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos são as mais positivas possíveis. O grupo é cercado de elogios por parte destes idosos, colaborando para uma velhice mais saudável, social e com uma boa qualidade de vida, mas sabemos que sempre existe lacunas que podem ser mais bem trabalhadas e, com isto, ampliar a consciência dos idosos sobre os seus direitos.

Enfim, podemos concluir que o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos é importante para a terceira idade, trazendo mudanças boas para suas vidas, saindo da rotina de suas vidas parada para uma rotina de vida social, com aprendizagens e realizações de sonhos. A luta dos Assistentes Sociais pela ampliação dos direitos de todos é diária, portanto com certeza podemos dizer que estes idosos realmente devem saber e lutar junto com os Assistentes Sociais para estes direitos sejam garantidos por eles e por todos os idosos do nosso país.



## REFERÊNCIAS

ANDRADE, T., MENDONÇA, B. P. C. K. M., LIMA, D. B., ALFENAS, I. C., BONOLO, P. F.. **Projeto Conviver: Estímulo à Convivência entre Idosos do Catete, Ouro Preto, MG.** – Ouro Preto: UOP, 2010.

AZEVEDO, Taine Sousa. **Uma análise das contradições existentes nas expectativas de consumo dos adolescentes do CRAS de Matinhos PR e suas reais possibilidades de inserção no mercado de consumo.** – Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 15 de julho de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Estatuto do Idoso.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** 2004. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS\\_2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf)>. Acesso em: 08 de setembro de 2016.

BRASIL. Secretária de Desenvolvimento Social. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** Disponível em: <[http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia\\_sistema](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema)> Acesso em: 22 de agosto de 2016>.

BRASIL. Secretária de Direitos Humanos. **Dados Sobre o Envelhecimento no Brasil.** – Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentoonoBrasil.pdf>> . Acesso em: 12 de setembro de 2016.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** – Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 16 de outubro de 2016.

EVANGELISTA, Carolina de Miranda. **O Serviço Social frente ao aprofundamento das expressões da “questão social” no Centro de Referência Especializada de Assistência Social em Paranaguá-PR.** – Matinhos: UFPR Litoral, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** – 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO & CARVALHO, Marilda Vilela & Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** – 29. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** – 10. Ed. – São Paulo, Cortez, 2006.

LEMO, D; PALHARES, F; PINHEIRO, J. P.; LANDENBERGER, T. **Velhice.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/velhice-texto.html>>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

MARINHO, Silene Chacra Carvalho e. **Educação Para Idosos: Um Caminho Para Cidadania.** Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/412.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/412.pdf)>. Acesso em: 16 de outubro de 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade.** – 14. Ed. – Rio de Janeiro, 2001.

NETO, J. B. F.. **Carta Aberta a População Brasileira.** – Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://sbgg.org.br/envelhecimento-no-brasil-e-saude-do-idoso-sbgg-divulga-carta-aberta-a-populacao-2/>> Acesso em: 10 de setembro de 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** – 14. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

PÓS-GRADUANDO. **As diferenças entre pesquisa descritiva, exploratória e explicativa.** Disponível em: <<http://posgraduando.com/?p=3354>>. Acesso em: 12 de outubro de 2016.

RODRIGUES, N., C.. **Política Nacional do Idoso – Retrospectiva Histórica.** – Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento: Porto Alegre, 2001.

RODRIGUES & TERRA, N. C & N.L. **Gerontologia Social para Leigos.** – Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

ROTTERDÃ, Erasto. **O Elogio da Loucura.** – São Paulo: Atena Editora, 2006.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste.** – Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922011000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300011)> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC/LOAS).** – Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>> Acesso em: 13 de setembro de 2016.

PÓS-GRADUANDO. **As diferenças entre pesquisa descritiva, exploratória e explicativa.** – Disponível em: <<http://posgraduando.com/?p=3354>>. Acesso em: 14 out. 2016.

SALGADO, C. D. S. **Gerontologia Social.** – Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.

SILVA, B. F.. **“As Instâncias Decisórias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Federalismo Brasileiro: Estratégias de pactuação na Comissão Intergestores Tripartite – CIT”**. – Brasília: UFMG, 2010.

SILVA, M. R. F. **Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal**. – São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA; M. Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. – 3 Ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Nanci. **O Trabalhador Idosos aposentado: capacidade de organização e de participação social**. IN: Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social –ENPESS. *Lutas Sociais e Produção de conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital*. Natal/RN: ABEPSS, 2014.

SOUZA, Letícia Costa de. **Reconhecimento Institucional – CRAS Zilda Arns Neumann**. – Matinhos: UFPR Litoral, 2014.

**APÊNDICE 1**

Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Com a finalidade de conclusão do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, eu Letícia Costa de Souza, estou realizando uma pesquisa sob supervisão e orientação da professora Dr<sup>a</sup> Giselle Ávila Leal de Meirelles. Com o tema “Quais os principais avanços e os principais desafios do CRAS - Zilda Arns Neumann em relação ao Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que atende idoso do município de Paranaguá?”. Nesta pesquisa pretendemos observar quais as opiniões em relação ao grupo, as expectativas atendidas e as realidades frente ao grupo.

A participação dessa pesquisa é voluntária. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e serão omitidas todas as informações que permitam identifica-lo, visando assegurar o sigilo de sua participação. Caso necessite, o voluntário (a) poderá desistir a qualquer momento desta pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável, por um período de 5 (cinco) anos, e após este período serão destruídas.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador e a outra será fornecida ao Senhor (a).

Eu \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos desta pesquisa e concordo em participar. Declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Atenciosamente.

Letícia Costa de Souza.



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral



**Consinto em participar desta pesquisa e, declaro ter recebido uma cópia deste  
Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos.**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Participante.

\_\_\_\_\_  
Letícia Costa de Souza  
Pesquisadora.

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giselle Ávila Leal de Meirelles  
Professora Dr.<sup>a</sup> Orientadora.

Matinhos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

A pesquisadora se coloca a disposição para qualquer eventual dúvida, desconforto ou dificuldade, através do telefone (41) 9982-1406 ou do e-mail leticiacsouza@globo.com.

Atenciosamente,  
Letícia Costa de Souza.

**APÊNDICE 2**

Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral



**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS IDOSOS DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA  
E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS ZILDA ARNS NEUMANN**

**1. Dados Pessoais**

- 1.1. Nome: \_\_\_\_\_
- 1.2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
- 1.3. Idade: \_\_\_\_\_
- 1.4. Cidade onde nasceu: \_\_\_\_\_
- 1.5. Escolaridade: \_\_\_\_\_
- 1.6. Identidade Étnica: ( ) Branca ( ) Negra ( ) Parda ( ) Índia ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_
- 1.7. Religião: \_\_\_\_\_
- 1.8. Quantas pessoas moram na sua casa? \_\_\_\_\_
- 1.9. Em que faixa está sua renda familiar? \*Valor do salário mínimo nacional: R\$880,00
- ( ) Até 1 salário mínimo.
- ( ) De 2 a 3 salários mínimos.
- ( ) De 4 a 5 salários mínimos.
- ( ) Acima de 6 salários mínimos.
- 1.10. Qual é a sua renda mensal? \_\_\_\_\_
- 1.11. Qual a origem da sua renda? \_\_\_\_\_
- 1.12. Qual a sua profissão? \_\_\_\_\_
- 1.13. Quanto tempo o senhor (a) trabalhou ao longo da sua vida? \_\_\_\_\_
- 1.14. Tinha carteira assinada? ( ) Sim ( ) Não
- 1.15. O senhor(a) recebe algum benefício social do governo?
- ( ) Sim ( ) Não

- 1.16. Caso SIM, qual? \_\_\_\_\_
- 1.17. Quantos filhos o senhor (a) tem? \_\_\_\_\_
- 1.18. Quantos netos o senhor (a) tem? \_\_\_\_\_
- 1.19. O senhor (a) precisa ajudar alguém da família com a sua renda mensal?
- ( ) Sim ( ) Não

## **2. Direitos do Idoso**

- 2.1. Para o senhor (a), o que é ser idoso?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 2.2. O que o senhor (a) conhece sobre os direitos dos idosos em nosso país?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 2.3. O senhor(a) já leu o estatuto do idoso? ( ) Sim ( ) Não
- 2.4. Qual o direito que o senhor(a) mais utiliza no seu dia-a-dia?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 2.5. Que direitos em relação aos idosos o senhor (a) acha que não são cumpridos?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 2.6. O senhor já sofreu algum tipo de discriminação por ser idoso? Qual?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 2.7. Já existia o estatuto do idoso quando o senhor (a) sofreu esse preconceito?
- \* O Estatuto do Idoso foi criado em 2003.
- ( ) Sim ( ) Não

## **3. O Serviço de Convivência**

- 3.1. Como o senhor (a) ficou sabendo do grupo de convivência do CRAS?
- \_\_\_\_\_
- 3.2. Desde quando participa do grupo de convivência do CRAS?
- \_\_\_\_\_

3.3. O que o senhor (a) pensa sobre o grupo de convivência do CRAS?

---

---

3.4. O que o senhor (a) mais gosta no grupo de convivência? Cite três (3) exemplos.

---

---

3.5. O que o senhor (a) menos gosta no grupo de convivência? Cite três (3) exemplos.

---

---

3.6. Das atividades que o senhor (a) participou quais mais gostou? Explique o porquê.

---

---

3.7. Das atividades que o senhor (a) participou quais menos gostou? Explique o porquê.

---

---

3.8. A sua participação no grupo de convivência do CRAS trouxe alguma mudança dentro da sua vida? Quais foram? Por quê?

---

---

3.9. Se fosse possível o que o senhor (a) mudaria no grupo de convivência do CRAS?

---

---

3.10. Quais atividades o senhor(a) gostaria de realizar no grupo de convivência do CRAS que ainda não foram realizadas?

---

---

3.11. Quais direitos dos idosos são garantidos no grupo e dentro do CRAS?

---

---